

Primeiros apartamentos vão ser entregues no âmbito do plano nacional de habitação

Jornal de Economia e Finanças
26 de Abril de 2011

No quadro da aposta na melhoria das condições de habitabilidade da população, o Executivo aprovou, durante o primeiro trimestre deste ano, projectos jurídicos que visam fundamentalmente “desagrar” os custos fiscais para a detenção de imóveis, em especial entre a população de baixa renda. Segundo o balanço da actividade governamental referente ao primeiro trimestre de 2011, os pacotes aprovados abrangem imóveis arrendados e não arrendados.

“A nível da comissão para a política habitacional, foi aprovado o regime de comercialização e financiamento da habitação, incluindo a social, bem como o desagramento fiscal e a remoção da morosidade administrativa decorrente da legislação passada. Alterámos algumas leis notariais, foram tomadas medidas no âmbito tributário, como a redução do imposto Sisa 10 para dois por cento, medida de grande alcance para 9, em quem adquirir casa própria, frisou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, quando apresentava o balanço da actividade governativa dos últimos três meses.

Relativamente ao programa nacional de urbanismo e habitação, durante os primeiros três meses deste ano, o Executivo aprovou igualmente o regime financeiro e de comercialização, que, numa primeira fase, vai permitir a comercialização de três mil 218 habitações na nova cidade do Kilamba, localizada no município do Kilamba-Kiaxe, na província de Luanda.

Segundo o ministro, o programa habitacional “começa a ter os primeiros resultados”. O governante informou que entre os meses de Maio e Junho de 2011 serão entregues os primeiros apartamentos, tendo acrescentado que o Executivo espera, até ao próximo ano, triplicar o número de apartamentos na nova cidade, bem como outras iniciativas habitacionais que o Executivo está a levar a cabo em todo o país. Segundo o ministro, a Comissão Nacional Habitacional aprovou regras de acesso às novas habitações e o acesso a elas, num processo que se pretende haver a menor intervenção administrativa possível.

“A relação será entre a entidade promotora, os bancos e o cidadão. O que o Estado fizer terá a ver com a criação de condições para o funcionamento do Guiché Único do Imóvel (GUI), onde o cidadão, quando lá chegar, vai sair com a escritura que assegure o direito à habitação completamente resolvido”, frisou, antes de destacar que a juventude terá prioridade ao acesso às habitações.

O documento do Executivo destaca ainda que o plano nacional de habitação se estende em três domínios integrados, nomeadamente: acções públicas, parcerias público-privadas e auto-construção dirigida. No que toca às parcerias público-privadas, as expectativas do Executivo são de que as mesmas devem construir 200 mil unidades habitacionais, sendo 120 mil pela Sonangol Imobiliária e 80 mil pelo sector corporativo. Quanto à auto-construção dirigida, o Executivo pretende distribuir à população 420 mil lotes urbanos. Já no campo das acções públicas, prevê-se alojar 564 mil famílias, cerca de 3,3 milhões de pessoas.

Ainda no sector habitacional, a empresa Kora-Angola lidera o projecto das comunidades urbanas, que prevê a construção de 40 mil unidades em seis províncias. No trimestre em balanço, foram realizadas cerimónias de lançamento em cinco províncias, nomeadamente Huambo, Moxico, Uíje, Bié e Kwanza-Sul.

Construção

Segundo o documento do Executivo, durante os primeiros três meses, no sector do “Urbanismo e Construção, foi aprovado o Decreto Presidencial sobre a reestruturação do fundo rodoviário, que visa estabelecer regras e procedimentos que asseguram a regularidade das transferências do Tesouro para o referido fundo. No mesmo período, foram reabilitados 320 quilómetros para a acomodação do tráfego, assim como foram concluídas duas pontes definitivas, uma na província do Kuando-Kubango e outra no Cunene.

Transportes

No sector dos Transportes, o Executivo distribuiu para todas as províncias três mil 293 auto carros para operarem nos segmentos intermunicipais, provinciais e urbanos. No mesmo período, foram criadas condições para a implementação de uma gestão moderna nos três caminhos-de-ferro, bem como a reforma institucional do sector. Também se deu início à exploração comercial do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) para o transporte de carga até ao Dondo, e o de passageiros para a província de Malanje.

No sector aeronáutico, durante os primeiros três meses, o Executivo destaca que foram “removidos” todos os constrangimentos à operação das frotas de nova geração da transportadora aérea nacional (TAAG) na União Europeia e a reabilitação de vários aeroportos nacionais.